



Anais da Assembléia

Nº 192

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Berlinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1996

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Augustinho Zucchi.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Santo, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Renato Adur (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Esta em votação a ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da ata.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.
(É procedida a chamada nominal)

Vinte e tres Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1716

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 563/96, relativo à Mensagem nº 102/96, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 05.12.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 1717

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita que a hora do expediente da Sessão Ordinária do dia 09 ou 10 do corrente seja destinada a um representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção PR, em comemoração ao Dia Mundial dos Direitos Humanos.

- Sala das Sessões, em 05.12.96.

(a) BETO RICHÁ

Apoio: Edgar Bueno.

REQUERIMENTO Nº 1713

Senhor Presidente.

O Deputado que firma este requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a douta aquiescência do Plenário desta Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão desta data, os cumprimentos deste Poder ao Senhor Edmir Manoel Ferreira, por sua eleição como Presidente da Confederação Nacional de Pescadores, e os votos de uma gestão de largo sucesso na condução da citada entidade representativa.

Do aprovado, requer, seja comunicado o consignado, no seguinte endereço: Confederação Nacional dos Pescadores - SAS - QD 05 - Bloco H - Lote - 5 - Térreo - CEP 70070-100 - Brasília - Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 05.12.96.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos

Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, alusivos à eleição da nova Diretoria eleita para o período de 31/10/96 a 30/04/98.

Requer ainda, que o presente se dê ciência à Presidente daquele Conselho, Enfermeira Rosi Maria Koch, através de correspondência a ser encaminhada à Rua XV de Novembro, 279, CEP 80020-921, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05.12.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Relatário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, alusivos à comemoração do Cinquentenário daquele Conselho, a realizar-se no próximo dia 22 de dezembro corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Conselho, Contador Edilton José da Rocha, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Lourenço Pinto nº 196, CEP 80010-160, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05.12.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Nereu Moura, é com satisfação que a Mesa Executiva, em nome do Deputado Anibal Khury e do Deputado Florisvaldo Fier, podem contar, os funcionários da Fábrica São Marcos, com o apoio não só da Mesa Executiva, mas de todos os cinquenta e quatro Deputados desta Casa, nas suas reivindicações.

(Aplausos)

O SR. NEREU MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sem-terra que estavam acampados na Fazenda Serraria, em Tamarana, região de Londrina, ocuparam mais duas fazendas e um sítio, subindo para sete o número de propriedades ocupadas por sem terra, nos últimos dois meses, somente na região de Londrina. Esta tem sido a tônica, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no Paraná, desde o dia 18 de abril de 96. Até hoje mais de 50 propriedades foram ocupadas pelos agricultores sem terra.

É uma situação que nos preocupa, sobremaneira, porque vivemos um momento conturbado da ordem econômica e social, não só no Paraná, como no Brasil como um todo.

Há dias atrás constatamos, na imprensa nacional, que a UDR novamente se rearticula, fazendo leilões de gado para reunir fundos para novamente fazer frente à reforma agrária, tão necessária em nosso País.

Hoje, lemos na imprensa que a empresa Giacometti-Marodin, diante da morosidade do Governo Federal, na aquisição da área invadida por integrantes do Movimento Sem Terra, no Município de Rio Bonito do Iguaçu, determinou o plantio de 16.500 hectares que a empresa havia oferecido para negociação ao INCRA, para fazer o assentamento de 2.888 famílias que haviam ocupado aquela fazenda no Município de Rio Bonito do Iguaçu.

É uma situação preocupante, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Entendemos que não havendo uma ação pronta e rápida, por parte do Governo Federal, somando esforços com o Governo do Estado, a questão fundiária no Brasil e no Paraná se transformará num estopim de consequências danosas e terríveis para toda sociedade brasileira e paranaense.

No Paraná, como já disse, têm aproximadamente 50 propriedades que já foram invadidas, a partir do dia 18 de abril de 96 até hoje, e continua o movimento de invasão. E por que os agricultores se utilizam deste expediente de invadir propriedades, Senhores Deputados? É porque não encontram, não enxergam, não assistem atitudes do Governo Federal, no sentido de oferecer uma proposta conseqüente de assentamento das famílias dos agricultores sem terra.

Agora, em contrapartida, ontem apresentamos um requerimento aqui neste Parlamento. Um requerimento solicitando o envio de expediente aos Deputados Federais do Paraná e aos Senadores que nos representam no Congresso Nacional, solicitando o esmero, solicitando a urgência, a rapidez na apreciação da Medida Provisória do Governo Federal, que trata do Imposto Territorial Rural, a Medida Provisória nº 1528 do dia 19 de novembro. Esta Medida Provisória, Senhores Deputados, na minha avaliação, é o início de uma ampla e profunda Reforma Agrária no nosso País, porque ela, ao meu ver, busca fazer justiça. O Governo Federal quer, progressivamente, aumentar a taxaço do IPR nas propriedades improdutivas, naquelas especulativas, naquelas que estão nas mãos de pessoas que querem especular a agricultura. O Governo federal, através da Medida Provisória na minha concepção, dá o primeiro passo para tirar do discurso a proposta

da Reforma Agrária, e colocar definitivamente na prática.

Pretende, através de uma sistemática justa, taxar as propriedades improdutivas, propriedades que estão na mão de latifundiários que só querem fazer especulação com as terras do nosso País, em detrimento de agricultores que vivem às margens das rodovias, que vivem marginalizados no processo produtivo do nosso País. E é por isso que terra para especular vai deixar de ser um bom negócio no nosso País, se tiver a complacência, a sabedoria do Congresso Nacional para aprovar esta Medida Provisória do Governo Federal.

E a verdade, Senhores Deputados, a Medida Provisória nº 1528 não tem força de lei, porque para se criar um novo imposto, é preciso que se transforme em lei. E é por isso que nós Deputados Estaduais do Paraná, que não temos as prerrogativas de avaliar a questão do Imposto Territorial Rural, precisamos nos mobilizar, como já fez a CNBB num documento enviado ao Senado Federal, e à Câmara Federal, para que os Deputados e Senadores, com altivez, com espírito de responsabilidade, agilizem a tramitação desta Medida Provisória, aprovem-na, para que ela se transforme num instrumento de justiça, numa ferramenta para que o Governo Federal possa, definitivamente, colocar um programa de Reforma Agrária para assentar as famílias dos trabalhadores sem terra, para que não seja mais necessário esta gente utilizar de todos esses expedientes que todos combatemos, que é a invasão das propriedades. Que haja uma Reforma Agrária consequente, planejada, justa e equilibrada. Que saia da mão firme, competente e honesta dos Governos.

E é por isso que estamos aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, através de um requerimento que ontem aprovamos neste Parlamento, dirigindo aos nossos representantes, sobretudo aos representantes do Paraná, que sabemos ter representantes da UDR na nossa bancada lá em Brasília, mas haverá de ter, acima de tudo, o espírito público, a devoção de Parlamentar eleito pela mão sagrada e bendita do nosso povo trabalhador e sofrido, que deseja dos seus políticos a seriedade no trato da coisa pública.

E é este o nosso sentimento, o sentimento de que o IPR, a Medida Provisória que trata do novo ITR, e na nossa avaliação é justa, é consequente, é fruto de um trabalho sério, seja melhorada e aprovada pelo Congresso Nacional, para que o Governo tenha os

instrumentos da Reforma Agrária. E deixe a conversa e o discurso.

Estive em Brasília por duas vezes conversando com o Ministro da Reforma Agrária. Muito embora a conversa com o Ministro seja agradável, muito embora seja um homem cortês, infelizmente o que ouvimos é a conversa e os atos, infelizmente, a não ser esta proposta enviada ao Congresso Nacional, de nada floresceram e de nada resolveram os problemas graves da Reforma Agrária.

Quero falar agora no Horário da Liderança do PMDB, e concedo um aparte ao meu colega Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Nereu

Moura, Vossa Excelência traz à discussão no dia de hoje, um assunto de muita importância, sobre o qual também já tivemos oportunidade, em diversos momentos da nossa atuação parlamentar, de também nos manifestar. Pessoalmente, entendemos que há a necessidade de revermos os percentuais, as alíquotas, enfim, a sistemática de cobrança, a sistemática de terra através de Imposto Territorial Rural.

Ninguém de nós, evidentemente, apoia a tese da propriedade improdutiva, da propriedade ociosa, do latifúndio especulativo que existe neste País. Agora, é bem verdade que ao se aprovar essa medida provisória do ITR, na sua regulamentação, na sua implantação, muitos cuidados deverão existir para que não haja a injustiça praticada em cima de alguns, porque o Brasil, como todos sabemos, é um País continental, o que muitas vezes pode parecer improdutivo aqui no Estado do Paraná, em outra região talvez não se caracterize da mesma forma.

Além disso, temos diversas áreas, até por questões de pendências, de intrigas, disputas familiares e coisa parecida, que muitas vezes não são exploradas em cima desse conflito. Quer dizer, então isso tem que ser durante a regulamentação observado, para que ao defendermos a taxação da terra improdutiva em benefício da propriedade produtiva, em benefício de um sistema de uma Reforma Agrária, caminhando num futuro certamente para a Reforma Agrícola, que façamos isso com justiça e com muita seriedade.

Pessoalmente, sou daqueles que acredita que tínhamos que avançar um pouco mais na discussão do ITR, porque acredito que se fosse o ITR um imposto municipalizado, a sua cobrança fosse municipalizada, teríamos uma justiça maior, do que permanecer essa cobrança nas mãos de Brasília, que não conhece

a realidade palmo a palmo, município a município, como conhece cada um de nossos prefeitos, vereadores e assessores municipais.

Gostaria muito de levar adiante ainda essa discussão do ITR, principalmente nessa visão de que poderíamos, quem sabe, até municipalizar esse produto, para que ele pudesse ser mais justo, e propiciar, aí sim, uma arrecadação mais substancial, e identificar com clareza, através desses municípios, as áreas improdutivas que existem hoje no País.

Cumprimento hoje Vossa Excelência, e tem o meu apoio o vosso requerimento.

O SR. NEREU MOURA - Deputado Orlando Pessuti, a sua preocupação deve ser a preocupação dos Deputados Federais e dos Senadores. Achamos que a proposta do Governo, pelo conhecimento que tive da medida provisória, é uma iniciativa lúcida do Governo no sentido de resolver a questão da Reforma Agrária. E também é evidente que o ITR, da maneira como o Governo Federal está propondo, visa penalizar as propriedades improdutivas, beneficiando as pequenas propriedades produtivas. E aí que reside, na minha avaliação, a justiça da medida do Governo Federal.

Concedo, com prazer, o aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Nereu Moura sempre defendi a tese do imposto progressivo, principalmente nas áreas improdutivas. Logicamente que, sempre que se toma medidas, há reações contrárias, mas o Governo está no caminho certo. Quando Vossa Excelência diz que o Governo Federal principalmente, fica só no discurso, penso que nenhum Governo teve a preocupação que o Governo Fernando Henrique está tendo com a Reforma Agrária.

Está aí o exemplo com a medida provisória com relação ao ITR, a questão do Rito Sumário que está tramitando no Congresso Nacional e, principalmente, Vossa Excelência é testemunha, na nossa região e em alguns municípios como Nova Laranjeiras, Cantagalo, a preocupação do Governo Federal com relação à Reforma Agrária, a assistência ao pequeno produtor rural ou ao assentado.

Hoje, a preocupação é por parte do pequeno e médio produtores rurais, que sempre têm dito que o Governo Federal tem uma preocupação muito maior com os assentados. Lá na nossa região, estamos vendo os produtores recebendo a cesta básica, recurso para compra de equipamentos.

Então, há uma preocupação muito grande sim, por parte do Governo Federal, com relação à Reforma Agrária, coisa que nunca vimos antes na história do Brasil.

O SR. NEREU MOURA - Deputado Cezar Silvestri, Vossa Excelência sabe que na nossa região, no Paraná quase como um todo, tem se verificado nos últimos anos um problema sério sobre a questão da terra. E, desse Governo, até agora não vi nenhum assentamento. Aos assentamentos de Nova Laranjeiras, de Palmital e Quedas do Iguaçu, foram efetivadas nos Governos anteriores.

O Sr. Cezar Silvestri - Permite um aparte?

(Assentimento)

Realmente, os assentamentos foram feitos em Governos anteriores, mas a assistência quem tem dado é o atual Governo. Para o Senhor ter uma idéia, hoje, no Município de Palmital, falando com o gerente do Banco do Brasil, ele me dizia que apenas para os assentados que tinham recursos. Para o pequeno e médio produtores, não está havendo recursos. Estou fazendo uma crítica ao Governo Federal, onde precisamos ter uma política agrícola. Produtor que tem dinheiro hoje são os assentados. Eles têm recursos, estão comprando à vista, enquanto o pequeno produtor rural nem sequer consegue financiamento.

O SR. NEREU MOURA - Mas esta sistemática, Senhor Deputado, já vinha sendo adotada pelos Governos anteriores. Pelo Governo Collor, pelo Governo Itamar Franco. O que o Governo fez, foi simplesmente manter uma sistemática que os Governos anteriores vinham fazendo. Tenho ouvido do Governo Federal manifestações simpáticas em relação à Reforma Agrária. Agora, na prática, estamos vendo apenas esta medida provisória que trata do ITR.

Penso que a partir de agora, se o Governo Federal tiver a aprovação desta sua medida no Congresso Nacional, com certeza, iremos ter um imposto justo na agricultura, um imposto que irá privilegiar a propriedade produtiva, em detrimento daquela especulativa. Irá privilegiar o trabalhador que tira da terra o seu sustento, o sustento para a sua família; que faz da terra a sua profissão; que faz da agricultura a sua sobrevivência, em detrimento daqueles que querem especular, daqueles que querem ter a terra como um hobby, daqueles que querem a terra para ficar adormecida.

Então, venho aqui nesta tribuna para ser solidário, eu que sou um Deputado representante do interior do Paraná, representante da agricultura, como outros tantos Parlamentares, tenho que fazer justiça e pedir que os nossos Deputados, não só os do Paraná, mas do Brasil inteiro, que eles fiquem sensibilizados com este grave problema que estamos assistindo.

Para encerrara, Senhor Presidente, só no ano de 1996, o Paraná teve quase 50 propriedades invadidas. Isto é um número absurdo que temos que acabar, para a felicidade da agricultura e também para os agricultores sem terra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças e do Pequeno Expediente, ocupados pelo Deputado Nereu Moura. Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, companheiros e companheiros da Cidade de Morretes, que visitam hoje a Assembléia Legislativa, por uma causa especial.

Quero pedir o apoio aos Senhores Deputados, para esta causa. Em 1990, uma indústria da Cidade de Morretes, Indústria de Papéis São Marcos Ltda., pediu concordata, em outubro de 1991, portanto, há cinco anos atrás. Ela pediu falência, e naquele momento, 260 trabalhadores tinham os seus salários atrasados por dois e três meses, e também, tinham outros direitos trabalhistas que não vinham sendo cumpridos. Esses trabalhadores entraram com Ação Judicial na Justiça do Trabalho, que já tramitado e julgado, deu causa de ganho a esses trabalhadores.

Com o processo de falência, inúmeras outras empresas entraram com demanda judicial contra a Indústria de Papel São Marcos, e cinco anos depois, continuam tramitando no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, essas ações.

Isso traz enormes prejuízos a esses trabalhadores. São cerca de 1200 pessoas, que com a dificuldade econômica, com o baixo nível de emprego na Cidade de Morretes, não conseguem outro emprego.

Enquanto não se julga os processos de todas essas empresas, não pode essa massa falida ir à leilão. E indo à leilão, os trabalhadores estão desempregados, são pobres, não têm outro emprego, têm dinheiro para receber, porque já ganharam, e não têm como receber. Porque há uma certa va-

gareza, uma certa lentidão nos Tribunais de Justiça de todo o nosso País. Esses trabalhadores, cansados de esperar, fizeram uma vigília na frente do Tribunal de Justiça, de ontem para hoje. E hoje pela manhã foram recebidos pelo Doutor Loyola, da Presidência do Tribunal de Justiça, que nos prometeu, no máximo no mês de fevereiro do ano que vem, estes processos judiciais estarão julgados.

É lamentável que trabalhadores tenham que sair de suas casas, com toda a dificuldade econômica que têm, se locomover até a capital, fazer um protesto, uma vigília de doze horas, para poder agilizar processos que tramitam por cinco anos no Tribunal de Justiça.

O que queremos nesta tribuna, é dar apoio a esses trabalhadores, pedir que o Tribunal de Justiça haja com rapidez, porque mesmo que a justiça seja feita, mas quando é tarde, a injustiça já foi cometida, quando submeteu 1200 pessoas, mais ou menos, a dificuldade econômica. Inclusive, algumas delas passando fome, porque a fábrica tem que ser leiloadada, para que devolva a eles os seus direitos, esses direitos agora em pecúlio, uma vez que estiveram esperando este tempo todo.

Também desejo a estes trabalhadores, porque neste período de cinco a seis anos, esta fábrica tem que ser mantida, o seu patrimônio. Periodicamente é feito um leilão, para que possa pagar os vigias que estão nesta fábrica, ou mesmo o síndico.

E assim, o patrimônio, além de ser sido destruído pelo tempo, é colocada parte dele à venda, para pagar o salário desses trabalhadores. O risco que se corre é quando esse patrimônio for à leilão, a verba ser insuficiente, a arrecadação ser insuficiente para pagar o direito desses trabalhadores.

Nesse sentido, é que desta tribuna pedimos o apoio, não somente individual de cada um dos Parlamentares, mas o apoio deste Parlamento como Poder, para que sejam tramitadas e julgadas, o mais rápido possível, todas as ações que envolvam a massa falida da Indústria de Papel São Marcos Ltda., porque esses trabalhadores não podem pagar pela vagareza da tramitação do processo, esses trabalhadores não podem pagar pela péssima administração de alguns empresários que vão à falência, e não suportam isso, ou seja por mudança econômica, ou seja por má administração, e quando falem, são os trabalhadores que ficam sem receber o salário. Eles estão aqui, pedindo o apoio de nós Deputados. E posso dizer

a todos eles, sem dúvida nenhuma, que têm não só o apoio do Dr. Rosinha, mas o apoio de toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores, e tenho certeza que contará com o apoio de outros dos Senhores Parlamentares.

Muito obrigado..

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado os Horários do Pequeno e Grande Expedientes.

Horário das Lideranças. PFL. PTB. PDT. PPB. PSDB. Liderança do Governo.

Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 163/96, que dispõe sobre a participação obrigatória de Comissão Especial, em ações policiais que visem a desocupação de áreas invadidas para assentamento. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI Nº 163/96

— A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Qualquer operação policial que vise a desocupação de áreas invadidas para assentamento, deverá obrigatoriamente ser acompanhada de Comissão Especial composta por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e órgãos oficiais aqui especificados.

Art. 2º - A Comissão será formada por 05 (cinco) membros titulares, com suplentes em igual número, assim indicados:

a) um Deputado Estadual, representante do Poder Legislativo, membro da Comissão de Terras, Imigração e Colonização;

b) um Magistrado, representante do Poder Judiciário;

c) um representante do Poder Executivo;

d) um Promotor de Justiça, representante do Ministério Público;

e) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 3º - Os membros serão indicados pelos titulares dos respectivos Poderes ou órgãos oficiais.

Art. 4º - A Comissão será presidida por um dos seus membros, eleito pela maioria, sendo escolhido, na mesma oportunidade, um vice-Presidente.

Art. 5º - Os membros titulares e suplentes serão substituídos a cada 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos à função, a critério dos Poderes ou órgãos que representam.

Art. 6º - A Secretaria de Estado da Segurança Pública, através do Comando da Polícia Militar ou direção da Polícia Civil, tão logo receba mandado judicial para desocupação, deverá antes de tomar qualquer iniciativa, comunicar o Presidente da Comissão, ou na sua ausência o vice-Presidente.

§ 1º - Ao tomar conhecimento da Ordem Legal, o Presidente da Comissão, imediatamente convocará os demais membros, que juntamente com o Comandante da operação procurará um entendimento com representante ou comissão dos invasores, buscando uma desocupação pacífica.

§ 2º - Esgotadas as possibilidades de acordo, e sendo inevitável o uso de força policial, o Comandante da operação não poderá fazê-lo sem antes informar à Comissão o plano de ação policial a ser utilizado para efetuar a desocupação da área.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.12.96.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor José Francisco Schiavon. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 366/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor José Francisco Schiavon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Doutor José Francisco Schiavon nasceu em 14 de janeiro de 1941, na Cidade de Marília, no Estado de São

Paulo, e formou-se em Medicina na Universidade Federal do Paraná, sendo um dos profissionais mais conhecidos em nosso Estado.

A concessão do Título de Cidadania Honorária Paranaense vem, de certa forma, retribuir os relevantes serviços prestados a comunidade do nosso Estado, salientando o seu desempenho na sua profissão, contribuindo sobremaneira para o engrandecimento das instituições brasileiras.

Sendo assim, solicitamos o devido apoio dos nobres Pares, ao projeto de lei que ora apresentamos, como forma de prestar uma justa e meritória homenagem como reconhecimento do seu trabalho em prol da comunidade do Estado do Paraná, conforme é comprovado pelo extenso "curriculum vitae" que apresentamos em anexo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 366/96

P A R E C E R:

O plano de lei em análise, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. José Francisco Schiavon.

Sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, não encontramos óbice ao Projeto de Lei nº 366/96, e exaramos parecer favorável à tramitação da matéria.

- Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que denomina de Dom Benjamim de Souza Gomes, o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Enira de Moraes Ribeiro, em Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 439/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Enira de Moraes Ribeiro, em Paranavaí, de Dom Benjamim de Souza Gomes.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.10.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em 17/11/96, faleceu em Paranavaí, onde residia, Dom Benjamim de Souza Gomes.

O falecido, Bispo Emérito de Paranavaí, pessoa muito ligada à Itapeva-BA e um dos maiores responsáveis pela criação da Diocese de Itapeva, nasceu em Ouriçangas-BA, em 27 de novembro de 1911. Fez seus estudos em Petrolina-PE, Botucatu e São Paulo. Ordenou-se padre em 8 de dezembro de 1941, pelas mãos do saudoso Dom José Carlos de Aguirre, em Sorocaba. Em 22 de dezembro desse mesmo ano, foi provisionado vigário cooperador da Catedral de Sorocaba. Em 27 de dezembro de 1942 foi nomeado pároco de Itaberá, então diocese de Sorocaba e em 06 de junho de 1945, pároco de Itapeva, onde permaneceu até maio de 1961, desligando-se da cidade para assumir o cargo de Vigário Geral da Diocese de Sorocaba, em 28 de maio de 1961. De padre como chegou, deixou Itapeva, no alto cargo de Monsenhor. Em 11 de novembro de 1966, foi nomeado pároco da Catedral de Nossa Senhora da Ponte, em Sorocaba. Em 12 de abril de 1967, foi nomeado Vigário Episcopal de Itapeva, onde foi o grande responsável pela elaboração documental para a criação da Diocese de Itapeva, ocorrida em 02 de março de 1968, por ato do Papa Paulo VI. Em 11 de março desse mesmo ano, Dom Benjamim era nomeado pelo Papa Paulo VI para a recém criada Diocese de Paranavaí, no Paraná.

- Em 09 de junho de 1968, Dom Benjamim foi sagrado Bispo na Catedral de Sorocaba. Foram consagrantes o Núncio Apostólico no Brasil, Dom Sebastião Baggio, Dom Almir Marques Ferreira e Dom José Melhado Campos.

Tomou posse na Diocese de Paranavaí em 07 de junho de 1968.

Em 15 de agosto de 1991, já na condição de Bispo Emérito, festejou em Paranavaí seu Jubileu de Ouro de Ordenação Sacerdotal e seu 80º aniversário natalício. Em 09 de junho de 1993, debaixo de grande manifestação de amor e carinho por parte de seus diocesanos, Dom Benjamim comemorou, junto a inúmeros itapevenses que se dirigiram à cidade paranaense, seus 25 anos de ordenação episcopal.

Homem de vasta cultura, jornalista, escritor e orador, sabia conquistar as pessoas, dedicando-se ao pastoreio de maneira notável, o que fez por todos os lugares por onde passou, alvo de muita admiração e estima. Por onde passou, Dom Benjamim deixou grandes amizades, entre elas em Itapeva que chora o seu passamento.

A fim de homenagear o Bispo da Diocese de Paranavaí, para que seja lembrado futuramente, é que apresentamos este projeto de lei.

Tendo em vista os motivos supra citados, contamos com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 439/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Walmor Trentini, tem por objetivo denominar de Dom Benjamin de Souza Gomes, o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Enira de Moraes Ribeiro, em Paranavaí.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
IRONDI PUGLIESI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 445/96, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que altera a redação do Art. 1º da Lei nº 11.027, de 29/12/94, nele incluindo o Município de Agudos do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 445/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o parágrafo único do Art. 2º da Lei nº 11.027, de 29.12.94, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único: A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos Municípios de Curitiba, AGUDOS DO SUL, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Quitandinha, assim por outros municípios criados em áreas territoriais deles desmembradas".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do Município de Agudos do Sul na lista dos municípios que constituem o território da Região Metropolitana de Curitiba, se faz neces-

sária, já que geográfica, histórica e economicamente encontra-se este município ligado à grande Curitiba.

Assim sendo, através de nossa medida, esperamos poder sanar este erro de omissão cometido pelo legislador da lei que instituiu a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, quando não incluiu tão próspero município na listagem de municípios pertencentes à Região Metropolitana.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 445/96

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 445/96, de autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, visa alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, a fim de incluir Agudos do Sul entre os municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba.

Analizando o referido projeto de lei, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou qualquer óbice constitucional ou regimental à sua normal tramitação, em face do que opinamos pela aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Darci Piana. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 470/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Darci Piana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Carazinho - Rio Grande do Sul, em 24 de dezembro de 1941. Casado com Maria José Piana, em 28 de dezembro de 1968, pai de dois filhos, Eduardo Luiz Piana (in memoriam) e Patrícia Piana.

Iniciou seus estudos em Machadinho - RS. Já no Estado do Paraná, Darci Piana, estudou no Colégio Estadual Leonel França - Palmas, na Universidade Católica do Paraná, cursou Ciências

Econômicas; e na Universidade Federal do Paraná, cursou Ciências Contábeis.

- Curso de Relações Humanas na Faculdade Federal do Paraná / 1971.

- Curso de Marketing - Campinas / 1971.

- Curso de Comércio Exterior, na Faculdade de Comércio Exterior de Curitiba / 1974.

- Curso sobre Transporte no Brasil - Técnicos da Rede Ferroviária Federal e Universidade Federal do Paraná / 1973.

- Diplomado pela ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra / 1987.

Darci Piana, atuou como líder estudantil na União Paranaense dos Estudantes Secundaristas de 1º e 2º Grau - UPES.

Darci Piana, destacou-se como dirigente de clubes esportivos amadores e profissionais do Paraná:

- Sócio Vitalício do Ferroviário Esporte Clube.

- Presidente do Conselho Deliberativo do Colorado Esporte Clube / 1988/89.

- Presidente do Conselho Deliberativo do Paraná Clube / 1990/91.

- Presidente do Paraná Clube (Campeão Brasileiro Intermediário 1992 e Campeão Paranaense 1993).

- Agraciado com a "Chuteira de Ouro" 1993.

- Eleito o melhor Presidente de Clube Esportivo do ano de 1993.

- Considerado um dos melhores dirigentes de Clubes Esportivos do Paraná.

Na vida profissional, Darci Piana, há 25 anos atua como empresário no ramo de autopeças. De 1987 à 1988, foi Superintendente da Companhia de Financiamento da Produção - CONAB.

- Em 1988, recebeu o prêmio Empresário do Ano da Associação Comercial do Paraná..

- Em 1993, recebeu da Câmara Municipal de Curitiba, Título de Cidadão Honorário de Curitiba.

- Em 1994, recebeu da Câmara Municipal de Curitiba, prêmio Cidade de Curitiba.

Atualmente, Darci Piana participa das seguintes organizações:

- Presidente do Sindicato de Comércio Varejista de Veículos, Peças e Acessórios - SINVEPEÇAS - Gestão triênio 1995/98.

- Vice-Presidente da Federação Paranaense de Futebol - Gestão 1996/2000.

- Proprietário da Dasa Peças e Motores Ltda.

- Sócio-proprietário da Acoven- das Participações Ltda.

Darci Piana iniciou sua vida esportiva em Curitiba como torcedor do extinto Clube Atlético Ferroviário. Embora tenha sido um dos fundadores do "Clube Duque de Caxias", entidade que congrega os moradores daquela progressiva cidade do interior do Paraná.

Com a fusão e o surgimento do Colorado Esporte Clube, passou de torcedor a Conselheiro no ano de 1976.

Em 1979/80, tornou-se vice-Presidente de Patrimônio, nas gestões de Hipólito Arzua e Max. Rosenmann. Neste período o Clube transformou o antigo campo do Palestra Itália, em área social, com a construção de novas obras, e um moderno parque aquático para atendimento aos milhares de associados.

Após seu mandato como vice-Presidente de Patrimônio, continuou dando sua colaboração em diversos setores do Clube, chegando com méritos ao cargo de Presidente do Conselho Deliberativo, eleito por unanimidade no ano de 1989.

Nesta gestão, foram iniciados os entendimentos para a fusão com o Esporte Clube Pinheiros, cuja liderança, juntamente com seus companheiros de Diretoria, culminou com o nascimento do Paraná Clube.

Já na primeira Diretoria do Paraná Clube, foi eleito para presidir o Conselho Deliberativo, deixando este cargo após dois anos de trabalho para assumir a cadeira presidencial do Conselho Diretor, lugar que ocupa até a presente data.

Como Presidente do Conselho Diretor, foi responsável pela escada de sucesso na área patrimonial, com a restauração do patrimônio do Clube e a implantação de novas obras nas várias sub-sedes, pertencentes ao grande complexo do Paraná Clube. No setor esportivo, no ano de 1992, o Paraná Clube trouxe para o nosso Estado, o Título de Campeão Brasileiro de Futebol Profissional, conquistou os títulos de Campeão Paranaense nas categorias infantil, juvenil e Tri-Campeão de Juniores.

Mostrando que no esporte amador, o Paraná Clube é uma entidade que tem contado com o apoio do Presidente Darci Piana, as categorias juvenil, infantil, infanto juvenil, também conquistaram títulos estaduais em 1992.

Em 1993, o Paraná Clube foi o Campeão Paranaense, levando-o a ser eleito o Presidente do Ano, e considerado um dos melhores dirigentes esportivos do Paraná.

Até hoje, continua envolvido com atividades esportivas, seja como torcedor ou como vice-Presidente da Fede-

ração Paranaense de Futebol, gestão 1996/2000.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 470/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem por finalidade conceder o título de Cidadão honorário do Estado do Paraná, ao Senhor Darci Piana.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Senhor 2º Secretário fará um lembrete especial, em nome do Deputado Orlando Pessuti, aos Senhores Deputados.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Augustinho Zucchi) - Senhores Deputados.

Por ordem do Presidente Luiz Carlos Zuk, e atendendo aqui um convite, faço a leitura da Sessão Solene de hoje à tarde.

"O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Anibal Khury, tem a honra de convidar os Exmos. Senhores Deputados para assistirem e participarem da entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Artagão de Mattos Leão, por proposição do Deputado Orlando Pessuti". A Sessão realizar-se-á às 15 horas, de hoje, portanto estão convidados todos os Senhores Deputados. Era a ordem do Senhor Presidente, e o que me fez cumprir totalmente a informação aos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Mais uma vez, reforçando que a Sessão Especial da tarde de hoje vale como Sessão Extraordinária.

Pela ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Queria, em meu nome, e quero crer, que na forma como vou dizer, também expresse o sentimento, pelo menos da maioria desta Casa, de ressaltar a volta a esta Presidência, do equilíbrio, da serenidade de alguém

que tem o pulso firme, mas ao mesmo tempo, a experiência de bem conduzir e restabelecer a paz neste Plenário.

Quero parabenizar Vossa Excelência pela Presidência tão tranquila e tão serena que Vossa Excelência faz nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Muito obrigado, ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli. Vossa pessoa, realmente não poderia ser de outra forma a sua manifestação.

Pela ordem, concedo a palavra ao ilustre Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - De-

sejo também me somar às manifestações do Deputado Luiz Claudio Romanelli, mas também estender este reconhecimento à atuação que tem tido o Deputado Neivo Beraldin, quando conduz também a Presidência da Casa, e evidentemente, e igualmente ao Presidente Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Nos associamos na propositura de Vossa Excelência.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1686, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, muito embora na semana tenhamos votado aqui um requerimento do Deputado José Tavares, que convida o Presidente da COPEL a vir a esta Casa para alguns esclarecimentos em relação às obras da COPEL.

Este requerimento também poderia, no meu entendimento, até ser adiado e aproveitando a vinda do Presidente, o Deputado Péricles Mello fazer, já diretamente a ele esta cobrança.

De qualquer maneira, não me oponho também à sua aprovação, e quero também comunicar o Deputado José Tavares, que o Presidente da COPEL, Ingo, estará aqui na próxima quarta-feira, numa reunião das Comissões internas da Casa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presi-

dente, apenas gostaria que Vossa Excelência nos desse conhecimento mais detalhado desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - O Senhor 2º Secretário fará a leitura do requerimento.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Emerson Nerone) - (Lê): "Requerimento.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Governo, solicitando da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, informações sobre o contrato assinado em 23 de outubro próximo passado, entre aquela empresa, INEPAR, CHILGENER e DENERGE, para a elaboração de estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de uma usina termelétrica neste Estado, associado a um porto, principalmente o seguinte:

- cópia do referido contrato e seus anexos, se houver;
- quais os estudos existentes que indicam a necessidade de uma usina no litoral do Paraná?
- quais os estudos existentes que indicam a necessidade de uma usina no litoral do Paraná usando carvão?
- quais os estudos existentes que indicam a necessidade de mais um porto no nosso litoral?
- quais as razões de contratação das empresas acima citadas para a realização do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental da referida usina e porto?
- quais os custos dos referidos estudos e qual a participação de cada empresa nos mesmos?
- conforme informações divulgadas pela Rede Verde, a referida termelétrica utilizará carvão importado e será implantada no Município de Pontal do Paraná. A referida notícia é procedente? Qual a razão da escolha daquele município?

Sala das Sessões, em 27.11.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná, determina que este Legislativo se pronuncie sobre a construção de usinas termelétricas no nosso Estado.

A construção de uma usina termelétrica e de um porto para o recebimento de carvão já começa a preocupar os habitantes do Município de Pontal do Paraná e ambientalistas.

É necessário que tenhamos o quanto antes possível, informações sobre esses estudos, a fim de que os mesmos sejam discutidos nesta Casa e divulgados à população interessada".

O SR. ORLANDO PESSUTI - Entendemos, Senhor Presidente, que este requerimento deva, evidentemente, ser aprovado até para servir de subsídios as explanações que fará o Presidente da COPEL neste Plenário, em função do requerimento do Deputado José Tavares.

E pessoalmente, gostaria que também fosse informado a este Plenário, oportunamente, pela Presidência desta Casa, e pela assessoria, a quantas anda a construção da Usina de Tijuco Alto, porque também já passou por esta Casa e foi uma discussão bastante polêmica, e nos últimos tempos não temos visto mais notícias no jornal a este respeito, e gostaríamos que talvez o próprio Presidente da COPEL pudesse também falar alguma coisa a respeito, mas acredito que a Presidência da Casa, em especial o Presidente Anibal Khury deva ter informações que possam ser prestadas a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vossa Excelência será oportunamente informado pela assessoria da Mesa e pelo Deputado Anibal Khury.

Em votação o requerimento. Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 1710, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos Senhores Deputados Cailto Quintana, Orlando Pessuti e Ricardo Chab, constante em expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, este requerimento trata a respeito dos incidentes no Porto de Paranaguá, envolvendo a cábrea e o portainer.

Em conversa com o Líder do Governo, Algaci Túlio, ficou acordado que na semana que vem, o Secretário dos Transportes e o Superintendente do Porto ou os seus técnicos administrativos estarão aqui na Assembléia, para prestar os devidos esclarecimentos.

Neste sentido, peço a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Atendido e deferido pela Mesa Executiva.

O SR. ALGACI TÚLIO - A Liderança agradece a compreensão dos Senhores Parlamentares e vai garantir, na semana que vem, a presença aqui do Secretário Estadual de Transportes, do Presidente do Porto de Paranaguá e também do Presidente da COPEL, Dr. Ingo, para que todas estas dúvidas e estas informações, que são de interesse de todos

nós paranaenses, possam ser esclarecidas perante esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Requerimento nº 1713, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1714 e 1715, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1716, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1717, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, com apoio do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres colegas.

—Durante a nossa gestão, no Governo Requião, à frente da Secretaria de Justiça, iniciamos um movimento junto ao Ministério da Justiça, mais especificamente junto ao Conselho Federal de Entorpecentes, no sentido de se estabelecer no País uma uniformidade de ação que pudesse punir os traficantes de entorpecentes, não só com a pena restritiva da liberdade que a legislação já prevê com bastante rigor, mas também com a perda dos bens utilizados para o tráfico de drogas em nosso País.

Consequimos, depois de muitas discussões, graças à sensibilidade na época do Ministro Maurício Correia, que hoje compõe o Supremo Tribunal Federal, e também dos membros do Conselho Federal de Entorpecentes, e a legislação foi então definida, e a partir daí começamos num levantamento bastante difícil, trabalhoso na direção de se detectar no Estado do Paraná qual o volume de bens apreendidos a partir do tráfico de substâncias entorpecentes, e na época encontramos alguns absurdos, por exemplo, alguns aviões apreendidos em poder da Polícia Federal ou da Polícia Estadual, que estavam alguns poucos sendo utilizados, e a maioria deteriorando nos pátios ou nos hangares dos aeroportos do Paraná, e a política de combate à droga praticamente ressentindo de uma

ação mais determinada do Governo, por falta inclusive de recursos.

Definido que os bens apreendidos em poder dos traficantes seriam leiloados e os recursos retornariam para o Fundo Nacional de Combate às Drogas, que redistribuiria para os Conselhos Estaduais de Entorpecentes e à Polícia Federal como um todo, para então pôr em prática um programa efetivo de combate e de prevenção ao uso de drogas no nosso Estado e no nosso País.

Hoje, venho à tribuna para cumprimentar o Conselho Federal de Entorpecentes, o Conselho Estadual de Entorpecentes, que é um órgão subordinado à Secretaria da Justiça e também cumprimentar o Dr. Francisco da Cunha Pereira que é o Diretor Presidente da Gazeta do Povo e da rede Paranaense de Televisão.

Por que é que venho fazer este registro e fazer estes cumprimentos, muito especialmente ao Dr. Francisco da Cunha Pereira? Porque ele, desde o começo, em que iniciamos este movimento no Paraná, Deputado Vanhoni, foi, sem dúvida alguma, uma das pessoas que nos apoiou, e de pronto, acho que dado inclusive à sua formação jurídica como ex-membro do Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Paraná, passou a nos apoiar, e em todos os momentos deu todo o tipo de cobertura que um movimento desta natureza precisa e exige dos órgãos de imprensa do nosso Estado.

E hoje, a Gazeta traz com destaque que o Conselho Estadual de Entorpecentes, junto com o Conselho Federal aqui no Paraná vai promover mais um leilão, e sei o quanto é difícil você chegar num momento como este, Deputado Zezé, de se poder fazer um leilão de um bem apreendido em poder dos traficantes. Por que é difícil? Porque na legislação brasileira há o contraditório, e em determinados momentos, felizmente, que há o contraditório, talvez neste particularidade o contraditório seria um tanto quanto exagerado, e a partir do contraditório você só pode levar um bem apreendido em poder dos traficantes a leilão, depois de esgotadas todas as instâncias de recursos.

Portanto, são anos a fio para você poder, para que o Governo através do CONEN, que é o Conselho Estadual de Entorpecentes, possa levar a leilão um bem apreendido e conseqüentemente reverter os recursos auferidos em função deste leilão, em benefício de um programa estadual de prevenção ao uso de drogas no nosso Estado.

Portanto, hoje vamos ter mais um leilão de um avião que foi apreendido

quando transportava 200 quilos de cocaína. O dinheiro deste leilão será distribuído em três partes: 40% dos recursos ficam com a Polícia Federal; 20% ficam com o Conselho Estadual de Entorpecentes e 40% ficam com o Fundo Nacional de Combate às Drogas.

Portanto, acho que este assunto é digno de registro. Temos que comemorar, porque estamos ao mesmo tempo, Deputado Algaci Túlio, nos valendo de duas grandes ações. A primeira, que os traficantes estão cumprindo pena de doze anos nas unidades prisionais aqui do nosso Estado, e a segunda é a pena pecuniária, porque o perda dos bens, talvez ao lado da pena restritiva da liberdade é a pena que os traficantes mais sentem, é aquela que mais dói na sua carne, porque imaginem os Senhores o custo que não tem um avião como este, um avião Navajo, um avião em excelente estado de conservação, o que representa de prejuízo em termos financeiros e econômicos para os traficantes e estes recursos serão todos eles repassados a um programa nacional, a um programa estadual de prevenção e repressão ao uso das drogas em nosso País.

Portanto, quero enaltecer aqui o Conselho Estadual de Entorpecentes, órgão da Secretária da Justiça, sobretudo ao Dr. Francisco da Cunha Pereira, que tem sido incansável neste sentido, em denunciar, em divulgar, em apoiar todas as iniciativas desde o começo de toda esta campanha que travamos no início, lá em 92, quando fomos escolhidos Secretário da Justiça pelo então Governador Roberto Requião.

Portanto, para mim é motivo de grande satisfação, nobres colegas, em ver que na prática aquela nossa luta está sendo traduzida em realidade. Hoje, no Brasil e no Paraná, o traficante além de pegar uma pena privativa, pesada de liberdade, também perde todos os seus bens, pode ser avião, pode ser residência, pode ser propriedade rural, não importa qual o tipo de propriedade, desde que ela esteja sendo utilizada para o tráfico de drogas, a pena de perda dos bens é imediata, evidentemente depois de obedecidas as formalidades legais.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Embora pelo Regimento não seja permitido aparte, mas acho que não se trata de um debate que seja contraditório, debate político, mas acho que é um debate importante, que traz o hoje o Deputado José Tavares.

Nós que acompanhamos a sua luta nesta questão do combate às drogas, vemos hoje Vossa Excelência sendo recompensado por esta atitude, por esta luta que foi desencadeada pelos Conselhos, tanto a nível de Estado, como a nível federal, junto à Justiça Federal para confiscar os bens dos sequestradores.

Hoje, no meu programa de rádio, até fiz várias chamadas, e dizendo de um fato interessante que acontecia. Creio que seja talvez o primeiro do País, de um avião leiloado. Avião sendo tirado das mãos dos traficantes, que causam um mal para a nossa sociedade, para os nossos filhos, e que cujo leilão está acontecendo neste exato momento, lá no Aeroporto do Bacacheri.

O lance inicial é de trinta e cinco mil reais. Tenho a impressão que o Deputado Orlando Pessuti já deve até ter enviado emissário fazendo até uma proposta. Mas é interessante o leilão, e quero parabenizá-lo. Porque acho que é desta forma que vamos combater o tráfico.

Quero somar-me nestas suas homenagens, não só à Rede Paranaense de Televisão, o Dr. Francisco da Cunha Pereira, mas à luta também do Dr. Zétula, que já vem de governos e governos, sendo Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes. É uma pessoa dedicada ao extremo, se envolve diretamente, coloca a sua cara a risco, quando se defronta com esses traficantes, que são terríveis.

Então, queria também somar-me a esta homenagem, no nome da pessoa do Dr. Zétula e de toda a Diretoria do Conselho Estadual de Entorpecentes, e mais uma vez parabenizá-lo por esta luta, que neste momento é gratificante.

Parabéns, Deputado! Acho que o caminho realmente é este. A partir do momento que se forem tomadas medidas como estas, certamente teremos diminuída a ação destes traficantes em todo o País.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Agradeço Vossa Excelência, e corroboro com as colocações que faz aqui nesta manhã, sobretudo em relação ao Professor Zétula. Realmente, ele tem sido um baluarte à frente do Conselho Estadual de Entorpecentes.

O importante, nobres colegas, é destacar que o Paraná é pioneiro nesta questão. Quando iniciamos a discussão junto ao Conselho Federal de Entorpecentes, há alguns anos atrás, neste sentido de fazer com que os bens apreendidos em poder dos traficantes fos-

sem revertidos em benefício de um programa nacional ou estadual de prevenção e repressão às drogas, parecia impossível atingirmos esses objetivos. Mas hoje vemos que valeu a pena a luta, o sacrifício de muita gente aqui no nosso Estado, inclusive do Professor Zétula, sem dúvida alguma. E é motivo de orgulho e satisfação para nós, e esta é a razão da nossa presença aqui nesta tribuna.

Evidentemente que sem a repercussão que a imprensa tem dado à questões como estas, é claro que nada disso teria sido possível. Por esta razão é que entendi prestar esta homenagem muito singela e muito rápida ao Dr. Francisco da Cunha Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão,

marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 366, 439, 445, 470 e 508/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 481 e 487/96.

Marco ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 029/95 e 070/96.

Levanta-se a sessão.